

Casa Civil
da Presidência da República

Preparação para El Niño e eventos extremos

Reunião com sociedade civil | 09 de junho de 2026

Escuta, transparência e organização da resposta do Governo Federal



Mensagem inicial da SAM

Papel da Casa Civil no CIM

Presidir a governança interministerial da política climática, com foco em coordenação, monitoramento e coerência de governo.
Conectar Plano Clima, defesa civil, saúde, cidades, incêndios/MIF, comunicação pública e diálogo social.
Diferenciar estratégia climática, preparação operacional e resposta emergencial, sem substituir os órgãos executores.

Nota: As competências de coordenação exercidas pela SAM/CC/PR visam à integração das políticas públicas, sem prejuízo da responsabilidade técnica, administrativa e financeira dos respectivos órgãos executores das ações apresentadas.



O que está no escopo da SAM nesta agenda

A SAM articula órgãos, organiza informações, acompanha entregas e dá governança à resposta federal.

Articulação

Convocar e alinhar órgãos federais em pautas transversais.
Conectar Casa Civil, MMA, MIDR/SEDEC, MS/FNSUS, SG, SECOM e demais órgãos.
Articular interface com estados, municípios e sociedade civil quando houver demanda de coordenação federal.

Monitoramento

Acompanhar compromissos, prazos, gargalos e riscos de crise.
Consolidar matriz de demandas, ações, responsáveis e entregas.
Transformar notas técnicas e informes setoriais em encaminhamentos de governo.

Governança

Organizar instâncias e fluxos: Salas de Situação, CIMAN, RESPAD, Pegasus e reuniões interministeriais.
Diferenciar estratégia climática, preparação operacional e resposta emergencial.
Evitar sobreposição de ações e lacunas de coordenação.

Prestação de contas

Registrar encaminhamentos e consolidar devolutivas.
Indicar o que já está em curso, o que está em preparação e o que depende de decisão.
Apoiar comunicação clara, tempestiva e baseada em evidências para a sociedade.

Nota: As competências de coordenação exercidas pela SAM/CC/PR visam à integração das políticas públicas, sem prejuízo da responsabilidade técnica, administrativa e financeira dos respectivos órgãos executores das ações apresentadas

CIM, CIMAN e Salas de Situação: onde a SAM conecta as agendas

A Casa Civil ajuda a colocar cada tema no fluxo correto de decisão, monitoramento e comunicação.

CIM e Política Nacional sobre Mudança do Clima

O CIM é presidido pela Casa Civil e coordena políticas climáticas.
A demanda da carta dialoga com adaptação, justiça climática e governança.
A SAM conecta Plano Clima, defesa civil, saúde, cidades e diálogo social aos encaminhamentos práticos.

CIMAN, incêndios e eventos extremos

O CIMAN articula prevenção e combate a incêndios.
A Sala de Situação de Incêndios organiza acompanhamento mais frequente quando o risco aumenta.
A SAM acompanha orçamento, meios, comunicação e integração com estados.

Nota: As competências de coordenação exercidas pela SAM/CC/PR visam à integração das políticas públicas, sem prejuízo da responsabilidade técnica, administrativa e financeira dos respectivos órgãos executores das ações apresentadas.



QUANTO MAIS RÁPIDA A
REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE
GASES DE EFEITO ESTUFA...



... MAIORES AS CHANCES DE
REDUZIR VULNERABILIDADES
E **AUMENTAR A RESILIÊNCIA**...



... E **MENORES OS**
IMPACTOS DE EVENTOS
CLIMÁTICOS EXTREMOS

MITIGAÇÃO

ADAPTAÇÃO

PERDAS E
DANOS

Estrutura de Governança do CIM

INSTÂNCIA
POLÍTICA

CIM

INSTÂNCIA
EXECUTIVA

**Subcomitê
Executivo
(SUBEX)**

INSTÂNCIAS
TÉCNICO-
EXECUTIVAS

**Subcomitê de
Adaptação**

**Subcomitê de
Monitoramento
& Avaliação**

**Subcomitê de
Mitigação**

INSTÂNCIAS
TÉCNICAS

**Grupos
Técnicos (GTs)**

INSTÂNCIAS
CONSULTIVAS

**Câmara de
Participação
Social
(CPS)**



**Câmara de
Assessoramento
Científico
(CAC)**



**Câmara de
Articulação
Interfederativa
(CAI)**



Sobre as Câmaras Consultivas do CIM



Objetivo: Subsidiar a política climática com a melhor ciência disponível.



Objetivo: Garantir a participação ativa da sociedade civil e do setor privado nas políticas climáticas.



Objetivo: Promover a participação de entes subnacionais na construção e na implementação de políticas climáticas.



Composição: 30 especialistas da comunidade científica selecionados a partir das indicações da **Rede Clima**, da **SBPC** e da **ABC**.

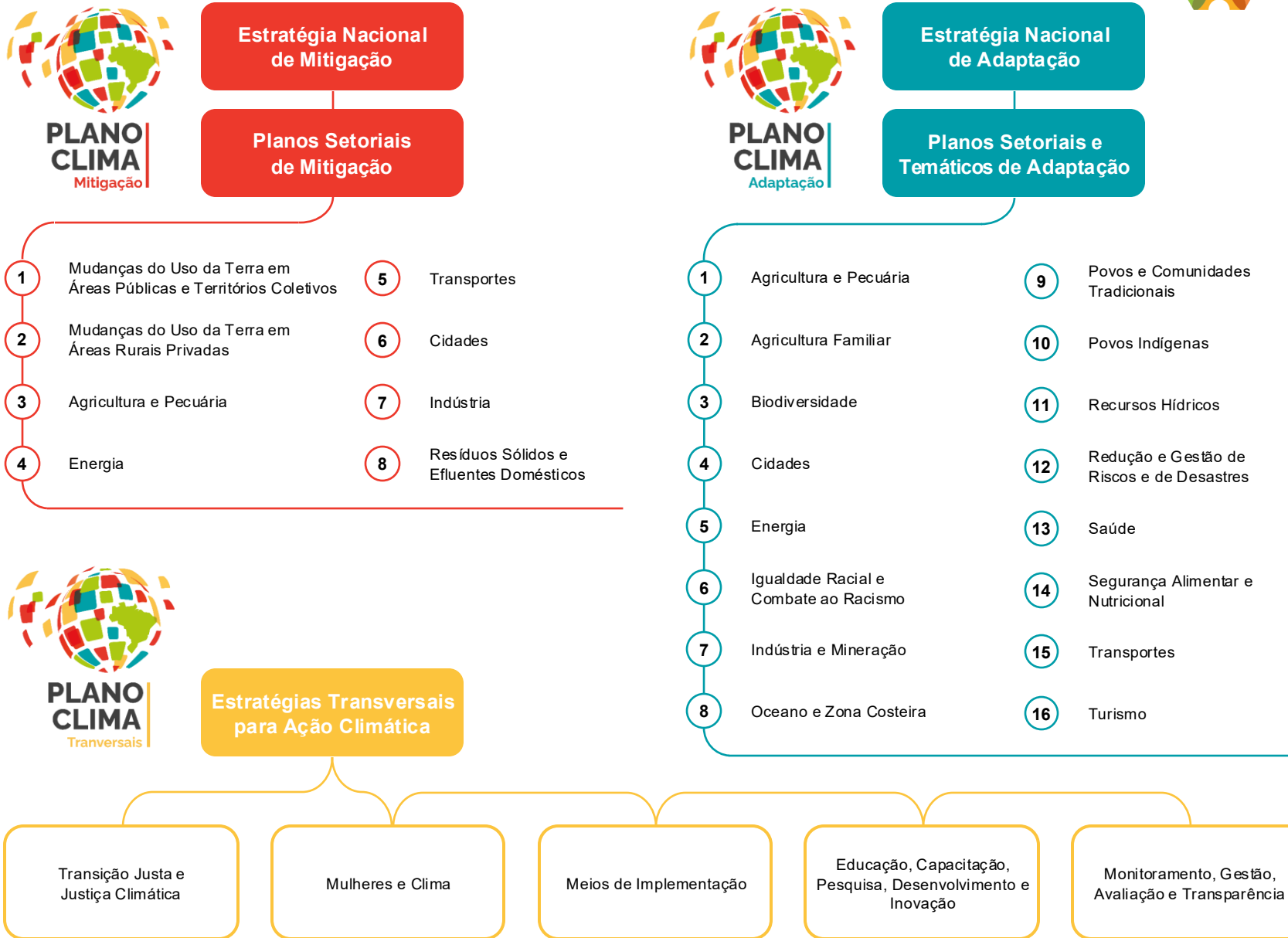


Composição: 50 representantes da sociedade civil e do setor privado, selecionados por Edital público com critérios como **representatividade**, **diversidade** e **atuação política**.



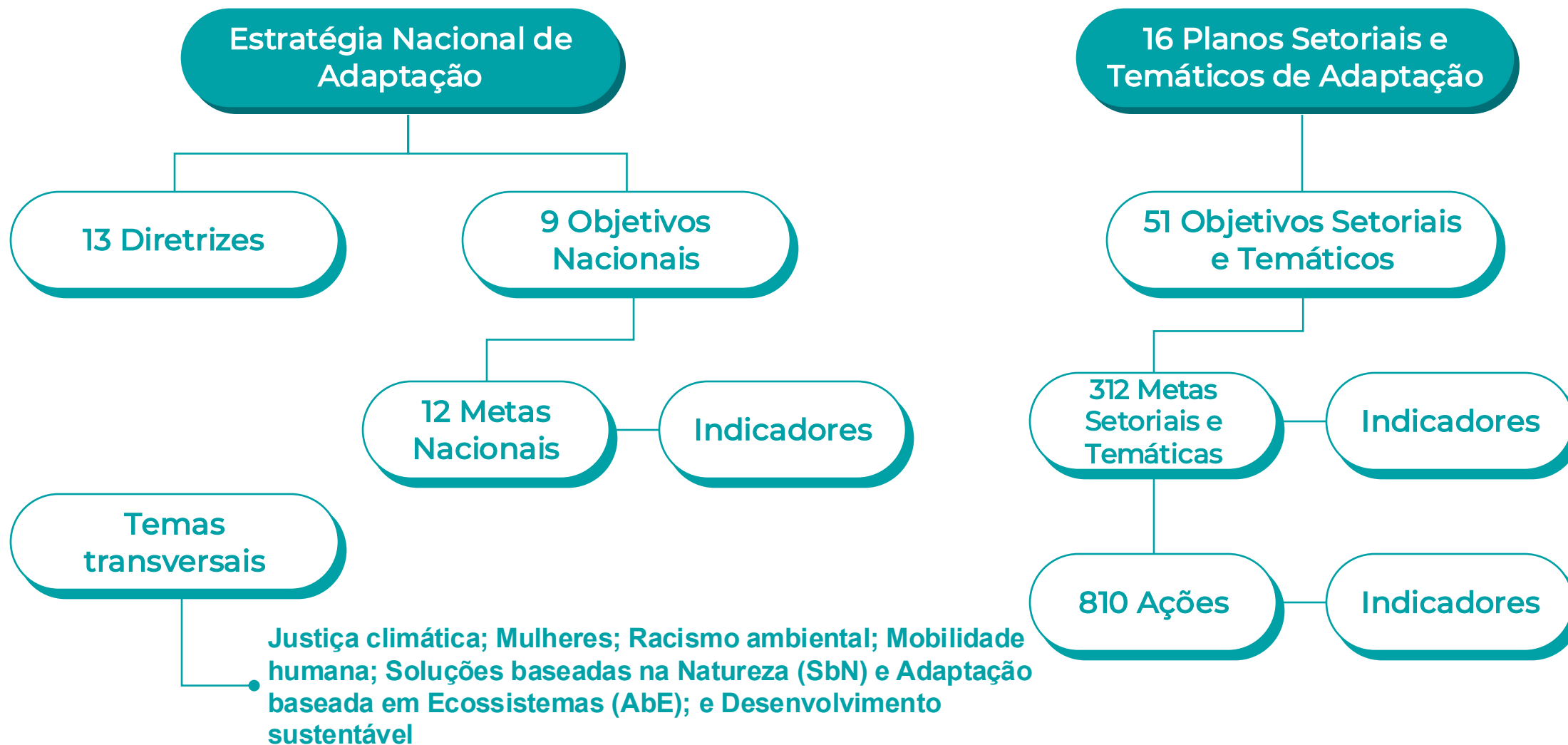
Composição: 30 representantes dos entes federativos, indicados pela **Secretaria-Técnica do Conselho da Federação**, considerando paridade entre estados e municípios.

Estrutura do Plano Clima 2024-2035



Plano Clima Adaptação

Elementos e estrutura



Estratégia Nacional de Adaptação

Objetivos Nacionais

#1



Aumentar a **resiliência das populações, cidades, territórios e das infraestruturas** frente à emergência climática.

#2



Promover a **produção sustentável e resiliente** e o acesso regular da população a **alimentos** saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas.

#3



Promover a **segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos**, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas.

#4



Proteger, conservar, restaurar e fortalecer ecossistemas e a biodiversidade e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos.

#5



Promover, proteger e recuperar a **saúde e o bem-estar das populações**, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

#6



Garantir a **segurança energética**, de forma sustentável e acessível.

#7



Promover o **desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades**.

#8



Proteger o **patrimônio cultural e preservar práticas culturais** e locais de patrimônio, frente aos riscos relacionados à mudança do clima.

#9



Fortalecer o papel vital do **oceano e da zona costeira** no enfrentamento da mudança do clima.

Estratégia Nacional de Adaptação

Metas Nacionais

#1

Até 2035, garantir que todos os estados e ao menos 35% dos municípios brasileiros tenham Planos de Adaptação.

#2

Até 2035, atender com obras de prevenção de riscos de desastres pelo menos 4 milhões de pessoas expostas ao risco de desastre geohidrológico.

#3

Até 2035, ampliar em 180 mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas, priorizando os municípios sob maior risco climático.

#4

Até 2035, reduzir para 7,5% o total de municípios com nível de segurança hídrica mínimo.

#5

Até 2035, garantir que 100% dos projetos para obras de infraestrutura a serem apoiados pelo Governo Federal considerem os riscos climáticos.

#6

Até 2035, reduzir em pelo menos 30% as interrupções operacionais causadas por eventos climáticos em infraestruturas federais de transportes.

#7

Até 2030, ampliar para 30% a extensão das Áreas Marinhas Protegidas, com estratégias específicas para a mudança do clima nos planos de manejo.

#8

Até 2035, conectar 30% do território nacional por meio de corredores ecológicos entre áreas protegidas e outros Mecanismos Eficazes de Conservação Baseados em Área - OMECs, priorizando territórios sob maior risco climático e de refúgio climático.

#9

Até 2030, ampliar a adoção de sistemas de produção agropecuária diversificados, sustentáveis e resilientes, em 72,68 milhões de hectares.

#10

Até 2035, erradicar a insegurança alimentar e nutricional grave.

#11

Até 2035, ter 100% das secretarias de saúde dos estados e dos municípios prioritários para emergência climática mobilizados para adaptação do SUS à mudança do clima.

#12

Até 2035, garantir que 100% do planejamento de expansão eletroenergética considere riscos climáticos.

Como vamos monitorar o Plano Clima, do ponto de vista de gestão, e como vamos entregar isso para a sociedade?



CIM

COMITÊ
INTERMINISTERIAL
SOBRE MUDANÇA
DO CLIMA

13



Estratégia de Monitoramento ET-MGAT

Trata do **monitoramento anual das ações** dos planos setoriais, da **avaliação bienal com participação das Câmaras Consultivas** e da **revisão quadrienal**, na qual os aprendizados serão incorporados na atualização do Plano Clima.



SISTEMA IndicaClima

Interface para gestores

Painel **restrito** para gestores públicos, **atualizado em tempo real** para acompanhamento da implementação do Plano Clima.

Interface pública

Painel disponível para a sociedade em geral, com os **resultados pactuados sobre o progresso do Plano Clima** a ser **aprovado pelo CIM**.

O que já está em organização no Governo Federal

A prioridade é conectar salas, planos, órgãos e comunicação pública

Governança em curso

- Sala de Situação de Incêndios instalada em 19/05, coordenada pela SAM/CC e MMA.
- PNEAP em acompanhamento: plano interministerial para estiagem na Amazônia e no Pantanal, integrando seca, logística e assistência.
- Reuniões interministeriais alinham CEMADEN, SECOM, SG, MIR, MMulheres, Saúde, SEDEC/MIDR, MMA e Cidades.
- A SAM coordena a consolidação da matriz de demandas, responsáveis, territórios, prazos e pontos de atenção.
- Integração com CIM, CIMAN, PNEAP, PNMIF e fluxos de Defesa Civil para evitar respostas isoladas.

Papel dos órgãos e meios de resposta

- SEDEC/DPS: alertas, boletins, apoio aos entes, pontos de controle e articulação federativa.
- PNEAP/estiagem: ações, metas e responsabilidades para preparação e resposta na Amazônia e no Pantanal.
- RESPAD/protocolos: responsabilidades, gatilhos de acionamento e integração com Defesa, Saúde e demais órgãos.
- Pegasus: apoio aéreo e pronta resposta para incêndios e desastres; governança, custos e continuidade em acompanhamento.
- PNMIF/incêndios: brigadas, bases, meios aéreos, EPIs, queima prescrita/controlada e comunicação sobre fumaça, saúde e risco de fogo.

Nota: As competências de coordenação exercidas pela SAM/CC/PR visam à integração das políticas públicas, sem prejuízo da responsabilidade técnica, administrativa e financeira dos respectivos órgãos executores das ações apresentadas.

Prevenir antes do pico da seca

A temporada exige orçamento, meios, brigadas, monitoramento e comunicação territorial

Ações já estruturadas

Sala de Situação de Incêndios coordenada pela Casa Civil/SAM e MMA.

Integração com CIMAN, COMIF, Ibama, ICMBio, Prevfogo, estados e órgãos federais.

Acompanhamento de boletins, áreas críticas, brigadas, bases, aeronaves, EPIs e logística

Projeto de Manejo Integrado do Fogo com entregas de equipamentos e capacitações.

Pontos que precisam avançar

Articular o desbloqueio de orçamento e meios antes do pico da seca.

Articular MMA, Ibama, ICMBio, MIDR, Saúde, Defesa, Justiça e estados.

Comunicar riscos de fumaça, saúde e incêndios de forma acessível.

Conectar prevenção ambiental à proteção de comunidades vulneráveis.

Nota: As competências de coordenação exercidas pela SAM/CC/PR visam à integração das políticas públicas, sem prejuízo da responsabilidade técnica, administrativa e financeira dos respectivos órgãos executores das ações apresentadas.

Ouvir, organizar, agir e prestar contas

A preparação para eventos extremos precisa combinar ciência, gestão pública e conhecimento dos territórios.

A Casa Civil assume o papel de articular a resposta federal e manter o diálogo com a sociedade civil.

SAM/CC/PR

